

Religião e Educação, Laicidade e Escola:

notas sobre pesquisas em curso no médio-baixo Amazonas*

Diego Omar da Silveira¹

Resumo

Os debates sobre a diversidade e a pluralidade cultural e religiosa no Brasil têm revelado, contemporaneamente, uma série de entraves em nosso processo de construção da laicidade. Especialmente quando tratam da inclusão do Ensino Religioso nos currículos do Ensino Básico e das muitas faces da educação religiosa oferecida por colégios confessionais, as análises revelam diferentes mecanismos de pressão da religião sobre a esfera pública, em temáticas que vão desde a moral sexual até as políticas públicas voltadas para grupos historicamente marginalizados. Ao apresentar pesquisas em curso na cidade de Parintins, este texto problematiza, por um viés multidisciplinar, as muitas aproximações entre religião e educação na região norte do Brasil e, mais especificamente, no médio-baixo Amazonas, buscando elucidar a influência de diferentes grupos, movimentos, congregações e/ou igrejas sobre os projetos e/ou instituições educacionais presentes nesse espaço ao longo do século XX e no início do século XXI.

Palavras-chave: Educação, Religião, Laicidade, Escola, Amazonas.

Abstract

* Embora nunca publicado, este texto foi originalmente apresentado no VIII Fórum Internacional de Pedagogia (FIPED) Educação em/para Direitos Humanos, Diversidade, Ética e Cidadania, realizado em Parintins, no Amazonas, em 2015. O trabalho foi redigido antes que o Supremo Tribunal Federal julgasse a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439 em que a Procuradoria Geral da República (PGR) questionava o modelo de Ensino Religioso praticado nas escolas da rede pública de ensino do país, deliberando favoravelmente à possibilidade de um modelo confessional. Por isso essa questão não é abordada no texto.

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde também atuou como coordenador de projetos do Núcleo de Estudos da Religião (NER) entre 2008 e 2012 e professor do Departamento de Educação. É professor do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Esteve à frente da Regional Norte da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) de 2016 a 2017 e participa da Rede de Pesquisa História e Catolicismo no mundo contemporâneo.

Religion and education, secularism and school: notes on ongoing research in the medium-low Amazon

The debates on the diversity and the cultural plurality and religious in Brazil has revealed, currently, a series of barriers in our construction process of secularism. Especially when they treat the religious teaching inclusion in the Basic Teaching Curricula and the several faces of the religious education offered by confessional colleges, the analysis reveal different mechanisms of pressure of the religion on the public sphere, in thematic since sexual moral until the policies designed for groups historically marginalized. Presenting ongoing researches in the municipality of Parintins, this text makes by a multidisciplinary way, the many approximation between religion and education in the north of Brazil and more specifically, in the medium-low Amazon, see-king to elucidate the influence of different groups, movements, congregations and/or churches on the projects and/or educational institutions presents in this space as long as the 20th century and the early 21st century.

Key-words: Education, Religion, Secularism, School, Amazon.

Existe hoje no Brasil um amplo debate acadêmico sobre as interfaces – desejáveis ou não – entre religião e educação. O contraste entre o número crescente de pesquisas e a realidade social das salas de aula é, no entanto, assustador. Em primeiro lugar, por que em muitos casos a tradição pedagógica se desdobra na inércia de gestores e professores quando o tema é a laicidade do ensino. Em segundo, pela baixa repercussão que os estudos têm sobre uma matéria inscrita na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como é o caso do Ensino Religioso (cf. CARRIÃO; DINIZ; LIONÇO, 2010). Por último, por certa miopia generalizada entre alguns grupos da elite que não permitem discutir com seriedade e comprometimento social a condição de escolas que não são nem religiosas nem públicas, mas uma amálgama – no mínimo problemática – de interesses das igrejas e do Estado.

Sabemos de antemão que vivemos em um país laico e que nele, “a educação é um bem público”. Sendo assim, por meio da escola pública “se promovem princípios e valores centrais à democracia, tais como a liberdade de pensamento e crença, a cidadania e a igualdade” (idem, p. 11). Não raro, porém, a presença de

símbolos, agentes e interesses religiosos nesses espaços fere sua condição de lugares privilegiados para a construção de uma sociedade mais pluralista, capaz de reconhecer na afirmação da diversidade “um traço fundamental da construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente” (BRASIL, 1997, p. 19). E muito embora haja vedação clara a qualquer tipo de proselitismo, os variados mecanismos de “atenuação da laicidade estatal” (XIMENES, 2009, p. 94) geram com certa frequência no interior das instituições educacionais um “dilema epistemológico” (PAULY, 2004), convertido em “mal-estar” (CAVALIERE, 2007) ou em “embaraço ético” (CARRIÃO; DINIZ; LIONÇO, 2010).

A inclusão do Ensino Religioso nos currículos do ensino básico e as muitas faces da educação religiosa oferecida por colégios semiconfessionais evidenciam bem as tensões do nosso lento e incompleto processo de secularização, especialmente quando nos permitem constatar os diferentes mecanismos de pressão da religião sobre a esfera pública, em temáticas que vão desde a moral sexual até as políticas afirmativas voltadas para grupos historicamente marginalizados. Aliás, é “justamente nos campos da sexualidade e da reprodução (temas a serem obrigatoriamente tratados nas escolas) que têm se apresentado os maiores confrontos”, pois como considera Salomão Barros Ximenes (2009, p. 90), assuntos tão “caros à cidadania como o aborto e união civil entre pessoas do mesmo sexo são inconciliáveis com os dogmas religiosos, razão pela qual muitos estudiosos defendem o Estado laico “como ‘garantia essencial para o exercício dos direitos humanos’” (PIOVESAN apud XIMENES, 2009, p. 90).

Ao apresentar, aqui, um conjunto de pesquisas desenvolvidas na cidade de Parintins, região do médio-baixo Amazonas, busco problematizar – por um viés multidisciplinar – essas aproximações entre religião e educação na Região Norte do Brasil, tentando elucidar a influência de diferentes grupos, movimentos, congregações e/ou igrejas sobre os projetos e/ou instituições educacionais presentes nesse espaço ao longo do século XX e no início do século XXI. Duas situações, imbricadas entre si, merecem destaque no contexto amazônico: a primeira remete a

um processo de diversificação religiosa que, embora tenha começado de maneira precoce pela presença dos evangélicos antes mesmo dos anos 1980 (JACOB, 2004, p. 10), avança de maneira desigual entre as grandes e pequenas cidades sem conseguir assegurar maior visibilidade e respeito às religiões não-hegemônicas. Nesses casos, o discurso sobre o “convívio pacífico” entre as religiões serve para manter encobertas inúmeras situações de conflito e o confinamento de determinados grupos em espaços sociais marginalizados, assim como a permanência dos cultos não-cristãos (especialmente os afroreligiosos) em situações subcidadania ou de segunda classe, à beira da discriminação. Em contraponto está a enorme presença pública da Igreja Católica nas áreas urbanas e rurais – e esta é a segunda situação. O prestígio advém da ação desbravadora dos padres na região desde o período colonial (com as missões), da presença do clero nas cidades e comunidades ribeirinhas, das estruturas burocráticas fincadas pela instituição na região e do enorme trabalho memorialístico produzido pelos eclesiásticos.

O caso específico de Parintins e das cidades vizinhas, é bem representativo, o que ajuda inclusive a circunscrever o alcance das pesquisas abaixo apresentadas. Trata-se de um local onde tudo é creditado ao “papel civilizador da Igreja”. É ela quem abre a história da cidade com a chegada dos jesuítas a Tupinambarana (SAUNIER, 2003, p. 17), quem legitima a ocupação do espaço com os bons propósitos de catequisar os gentios e quem moderniza a cidade – onde antes “tudo era precário” (SOUZA, 2003, p. 53) – com o trabalho do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME). O livro *Clarões de fé no médio Amazonas*, escrito pelo primeiro bispo – o italiano Arcângelo Cerqua – para celebrar o jubileu de prata da prelazia (1980) é o produto mais acabado desse processo e tornou-se, por isso, uma espécie narrativa oficial, obrigatoriamente compulsada e muito citada por memorialistas e acadêmicos. Também o hino do município celebra em seus versos (escritos pelo mesmo eclesiástico) essa simbiose entre o território e a fé católica: “Sob a benção da Virgem do Carmo/ Parintins se desdobra e reluz/ ao afago do Rio

Amazonas/ encimada do sol e da cruz/ Estribilho: Parintins, linda flor do Amazonas/ doce mimo das mãos do Senhor;/ terra virgem por Deus escolhida/ para berço de luz e de amor” (CERQUA, 2009, p. 163).

Religião da maioria da população,² o catolicismo deu aqui formas visíveis à sua presença através de templos, obras sociais (escolas e hospital) e investimentos em comunicação (rádio, jornais impressos e, mais recentemente, programas de televisão). Legitimou assim, com um argumento que remete há mais de um século, sua participação nas instâncias decisórias locais, a proximidade com as classes políticas dominantes, sua boa acolhida nas escolas parintinenses. Do ensino infantil ao médio, os momentos de oração são uma constante no início das aulas, assim como a participação dos estudantes em eventos religiosos. Dentro e fora dos horários reservados à disciplina de Ensino Religioso, marcas fortemente confessionais contrastam qualquer indício de laicidade. “Religião na escola?” A pergunta aqui parece não ser extemporânea! Aliás, pode ser que não tenha sido sequer formulada, questionando assim, em âmbito, de maneira mais ou menos radical, o alcance da separação entre Igreja e Estado vigente desde o início da República (GIUMBELLI; CARNEIRO, 2011). Acresce a isso, o fato de que dois dos mais bem-conceituados colégios de Parintins são públicos e religiosos – um Batista, outro Católico! Ou seja, nos dois casos, é o estado do Amazonas que paga os professores e garante o atendimento à população, mas são as autoridades religiosas que gerem a escola, definem suas normas de funcionamento e influem, assim, sobre os conteúdos do ensino e condições de aprendizagem. Uma expressão que parece definir com alguma precisão essa complexa realidade está na obra da socióloga francesa Danièle Hervieu-Léger (2008): “laicidade em pane”.

Ao que tudo indica são, naturalmente, as condições históricas (políticas e culturais) regionais que explicam esses arranjos sociais específicos. Mas aqui,

² Hoje os católicos são aproximadamente 82,1% da população de Parintins. Em números reais 83.818 fiéis. Para uma análise desses dados ver o trabalho de Clarice Bianchezzi e Diego Omar da Silveira (2015).

como em outras centenas de situações no Brasil, a proximidade entre religião e educação não deixa de encenar novamente, com uma força desconcertante, a dialética entre laicidade e secularização presente nas sociedades contemporâneas (GIUMBELLI; CARNEIRO, 2011, p. 02). Também revela, de certa maneira, os jogos de força entre passado e presente, entre continuidades e rupturas – o desejo de transmissão das crenças e valores religiosos em um contexto de crise das “identidades herdadas” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 57) – e o esforço de reproduzir certos padrões de conduta progressivamente relativizados pelo avanço da modernidade. Talvez por isso sejam tão comuns entre professores e gestores, argumentos que reafirmam o valor da religião como um recurso (nada alternativo aliás) “para enfrentar os problemas de violência, indisciplina e conflitos na escola, ou seja, como solução emergencial para o clima de desagregação dos princípios de solidariedade e convivência social que é fortemente sentido nas instituições escolares” (CAVALIERE, 2007, p. 313). Em meio à dificuldade de afirmar a pluralidade e a diversidade como valores laicos, capazes de orientar cidadãos livres no Estado de direito constituído democraticamente, recorre-se, quase sempre de maneira conservadora, a regimes de verdade religiosos, que ainda guardam a pretensão ao monopólio das interpretações do mundo, apontando para formas normativas e abrangentes de vida (cf. HABERMAS; RATZINGER, 2007, p. 53).

Nas situações que buscamos narrar abaixo, a presença do religioso na educação se desdobra (sem grandes dificuldades) da propalada formação do cidadão crítico e reflexivo para a tentativa velada de assegurar o “controle social e a consequente preservação da autoridade” sobre as crianças e jovens (CAVALIERE, 2007). Em alguns casos, através de uma conformação do Ensino Religioso que desrespeita tanto o disposto na lei quanto o projeto de formação de uma sociedade igualitária. Em outros, por meio de uma confusão explícita entre público e privado, preceitos religiosos e normas escolares. Uma situação que se desdobra das ambiguidades e superposições existentes em nossa legislação em tudo que diz respeito ao nosso modelo de laicização dos espaços públicos (cf. RANQUETAT JR., 2016, p. 86ss).

Antes de passar às minhas observações sobre como a problemática do ensino, da diversidade e laicidade estão presentes nesses estudos, vale destacar que eles surgiram como pesquisas de iniciação científica ou de trabalho de conclusão de cursos de graduação, fortemente vinculados, portanto, a uma proposta exploratória, de campo e de base documental. Aos poucos elas se integraram, porém, em uma tentativa mais ampla de discutir também do ponto de vista teórico “as tensões entre secularização e dessecularização, desencantamento e reencantamento do mundo”, tendo em vista que “um dos princípios da modernidade consiste na separação entre Estado e confissões religiosas, acompanhada de exigências que restringiriam a presença da religião em espaços públicos” (ORO et. al., 2012, p. 07). Tendo em vista o caráter mais abrangente da temática, discutirei basicamente o Ensino Religioso para, em seguida, apontar historicamente para o caso de dois colégios nos quais a fé religiosa transborda os limites dessa disciplina ou mesmo da sala de aula.

O Ensino Religioso e seus quadros profissionais

Conforme destaca Roberto Romano (1992, p. 270), “a gênese do Ensino Religioso não é brilhante, sobre o ângulo dos direitos humanos mais elementares” e a vasta bibliografia sobre esse tema segue dividindo as opiniões de especialistas e religiosos, demonstrando-se um campo vigoroso de debates (e paixões) desde finais do século XIX até a recente assinatura de uma concordata entre o governo de Luís Inácio Lula da Silva e a Santa Sé, já nos primeiros anos desse do século XXI (CARRIÃO; DINIZ; LIONÇO, 2010). De um lado, a identificação do Ensino Religioso como um entrave à laicidade do Estado e como uma herança do autoritarismo, o que nos coloca em uma linha de continuidade com o Império e a “República Velha, que passa pelo período da ditadura getulista, pelo interregno democrático de 1945 a 1964, pela imposição da infame Educação Moral e Cívica na ditadura militar até chegar à concorrência religiosa nas escolas públicas em pleno regime democrático” (VAIDERGORN, 2008, p. 407). De outro, a tentativa

de apagar as pressões políticas e “manobras dos setores dominantes” no esforço de “assegurá-lo como elemento normal do sistema escolar” (FONAPER, 2009, p. 21);

Para Carlos Roberto Jamil Cury (2004, p. 184), “cada vez que este problema compareceu à cena dos projetos educacionais, sempre veio carregado de uma discussão intensa em torno de sua presença e factibilidade em um país laico e multicultural” como o Brasil. Ainda mais com as crescentes demandas das sociedades contemporâneas pela construção de uma matriz curricular e de práticas pedagógicas capazes de atender (no interior das escolas) às mais diversas apreensões do religioso, assegurando assim o “necessário distanciamento do Estado laico ante o particularismo próprio de diferentes igrejas e confissões religiosas” (idem).

Nesse contexto, mesmo inscrita na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a disciplina Ensino Religioso – obrigatória nos currículos e facultativa aos alunos – está longe de representar um consenso social. Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) para o Ensino Religioso formulados pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) enfatizam que os conteúdos ministrados em sala de aula “devem evitar qualquer forma de proselitismo e de doutrinação”, mas tanto a seleção dos professores, quanto a supervisão das atividades concretamente desenvolvidas e a escolha dos materiais e livros didáticos têm sido alvo constante das suspeitas daqueles que se opõem a permanência da catequese, “da teodiceia e da moral eclesiástica” nas escolas. Do ponto de vista jurídico existem dois problemas adicionais: a lei 9.475/1997, “que a partir das pressões de entidades e grupos religiosos altera o artigo 33 da LDB” (Ximenes, 2009, p. 105), afirma novamente o financiamento público do ER, considerado “parte integrante da formação básica do cidadão”. Mas subtrai da União a responsabilidade de definir os conteúdos básicos a serem ensinados e as normas para admissão dos docentes, o que cria um conjunto de dificuldades práticas e de discrepâncias regionais/locais visíveis.

Teoricamente, esse “novo” Ensino Religioso não deve se focar no estudo de uma determinada religião ou da religião (católica), mas sim no “estudo do transcendente, das diversas formas que ele se manifesta na história”, compreendendo o estudo do “fenômeno religioso em seus aspectos filosóficos, sociológicos, históricos, psicológicos, etc.”. Uma proposta construída, de acordo com César Ranquetat Júnior (2007, p. 172) em torno de cinco eixos principais: “culturas e religiões, escrituras sagradas, teologias, ritos e *ethos* (...) Tem por objetivo, refletir sobre a religiosidade e despertar a dimensão religiosa do ser humano”. No entanto, pesquisas que buscam averiguar, de forma ampla (e às vezes comparativa), a realidade manifesta nas salas de aula e nos livros didáticos de Ensino Religioso têm revelado a enorme dificuldade na afirmação da laicidade, da visibilização da diversidade e da promoção da “justiça religiosa” (CARRIÃO; DINIZ; LIONÇO, 2010, p. 64) em um campo no qual os católicos atuaram como grupo de pressão majoritário ao longo de praticamente todo o século XX e num novo panorama no qual a Igreja Católica disputa agora com grupos (neo)pentecostais a influência sobre a escola pública (ISER, 2007; GIUMBELLI; CARNEIRO, 2011).

Mesmo que se leve em consideração, nos últimos anos, a maior ingerência sobre as escolas de grupos ou instituições capazes de promover a fiscalização e o controle das ações, as margens para a atuação de cada unidade escolar e dos docentes na formação dos alunos é demasiado grande no que diz respeito ao Ensino Religioso – sendo necessário, portanto, um número cada vez maior de estudos monográficos para traçar com alguma confiabilidade um panorama que revele as configurações locais, bem como as disparidades de um lugar para outro. Há ainda um conjunto bastante amplo de questões adicionais que não podem ser desprezadas e que vão desde a formação (inicial e continuada) dos professores, à construção do material didático, à preparação das aulas, às situações que emergem nas salas de aula, à avaliação e assim por diante. Além disso, estamos falando de uma disciplina obrigatória no currículo, mas facultativa ao aluno... e mesmo assim é difícil encontrar na maioria das cidades brasileiras uma só escola que informe com

seriedade aos pais ou educandos sobre os horários da disciplina (para que a opção da não-frequência possa ser efetivada) e sobre as atividades oferecidas como alternativas.

Em âmbito local, temos proposto um projeto guarda-chuva que, sob o título “Educação e religião em Parintins: interfaces contemporâneas e desafios à construção da laicidade”, abriga pesquisas que buscam responder, ainda que parcialmente, ao conjunto de questões apontadas acima. A ideia é, na realidade, desenvolver três frentes de trabalho: em primeiro lugar fazer um amplo inventário da qualificação dos professores lotados na disciplina de Ensino Religioso nas escolas estaduais e municipais, ou seja, na rede pública de ensino. Isso nos leva a refletir desde cedo sobre as concepções vigentes nas próprias secretarias de educação (tanto do estado como das prefeituras) acerca do que trata especificamente essa disciplina. Todos sabemos que há muitas carências de políticas públicas em educação e que algumas linhas de trabalho já implementadas não são muito reflexivas. Mas quando se trata de Ensino Religioso isso é alarmante: os professores não são preparados para ministrá-lo, não têm acompanhamento e não recebem um suporte didático-pedagógico adequado. Ouvimos com relativa frequência a reclamação dos docentes de que, mesmo aqueles que sustentam a necessidade dessa disciplina, a veem como uma matéria de importância menor, sobretudo em tempos de “ranqueamento” das escolas por meio de exames e provas.

Todos esses pontos emergem, de alguma forma, no trabalho de José Cláudio Trindade Guimarães, que, ao acompanhar quatro docentes de Ensino Religioso em Parintins pôde observar a falta de qualificação profissional adequada e ausência de apoio e material didático.³ Nenhum deles, por exemplo, possui formação inicial em

³ Aqui refiro-me ao trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, apresentado como desdobramento da Iniciação Científica, em meados de 2015, com o título: “O Ensino Religioso e o docente: problemas epistemológicos e questões metodológicas na Educação Básica em duas escolas na cidade de Parintins”.

Teologia ou Ciências da Religião.⁴ São, na realidade, professores formados em Normal Superior, Pedagogia e Geografia, que ministram aulas de ER por que não completaram suas cargas horárias nas disciplinas de origem ou por manterem laços mais ou menos próximos com a Igreja Católica. Um deles informou possuir pós-graduação *lato sensu* em Psicopedagogia e outra diz ter se habilitado através de um “curso de formação teológica” da Pastoral da Juventude. Sobre acesso à formação continuada, na melhor das hipóteses um docente mencionou “cursos rápidos ministrados por algumas igrejas”. O único professor que atua em uma escola particular, afirmou seguir o livro didático como guia para as atividades,⁵ enquanto os demais disseram recorrer a “apostilas e textos soltos tirados de alguns livros” ou então a “músicas, revistas católicas, Bíblia e até jornais”.

Em segundo lugar e não muito distante do que acabamos de ver, temos que aprofundar nossos conhecimentos sobre as práticas docentes, os conteúdos ministrados e os processos de ensino-aprendizagem, ou seja, sobre o que realmente se passa nas salas de aula de Ensino Religioso. Isso se faz através da observação do cotidiano escolar, do acompanhamento dos professores e da escuta dos alunos. E mais uma vez o panorama não é muito favorável e o proselitismo (proibido na lei que regulamenta o Ensino Religioso – vale insistir) é um traço permanente na maioria das instituições. Recorro novamente ao trabalho de Trindade (2015) para realçar dois de seus apontamentos: a ausência de reflexão epistemológica ao tratar os temas estudados no ER e as dificuldades dos docentes em construir sequências didáticas que tornem o aprendizado significativo aos estudantes. De modo geral, os mesmos conteúdos são ministrados em turmas diferentes, sem nenhum cuidado em pensar um currículo para a disciplina ou com as necessárias adequações da linguagem à turma. A leitura da Bíblia, o recurso à música gospel ou a celebração

⁴ Embora a maioria dos sistemas de ensino aceitem como habilitados para ministrar profissionais licenciados na área de ciências humanas e sociais, há desde finais dos anos 1990 um empenho do FONAPER em estimular o surgimento de cursos de licenciatura em Ciências da Religião – Ensino Religioso (ver Machado, 2006).

⁵ Na única escola da rede particular incluída, como contraponto, na pesquisa, o livro utilizado tinha como título *Valores e princípios*, sem menção direta ao Ensino Religioso.

de festas religiosas acabam minando as possibilidades de uma leitura crítica acerca das diversas experiências com o sagrado, para transformar o espaço público em lugar de doutrinação. Ademais, a indefinição dos contornos da disciplina propicia, como alguma frequência, que professores de ER deslizem para as funções de um professor faz-tudo, que auxilia em tarefas de organização da escola ou para o aconselhamento pedagógico de pais, alunos e colegas de docência (CAVALIERE, 2007). Há nisso, entretanto, um duplo problema, pois quase nunca esse professor é um psicólogo e sua ótica nem sempre comporta a pluralidade. Se ele parte de convicções religiosas, suas leituras tendem a reforçar sistemas de sentido cujas verdades repousam sobre dogmas e não podemos aceitar que na esfera pública a religião seja tomada como único horizonte ou como principal parâmetro para orientar as condutas de todos os sujeitos.

Outra monografia importante para descortinar essa realidade foi produzida por Willian dos Santos Marques.⁶ Nela, o autor combina, de forma instigante, uma etnografia das salas de aula de Ensino Religioso em uma turma de 6º ano do Ensino Básico em um desses colégios semiconfessionais de Parintins com a realização de entrevistas com os/as docentes da disciplina e com grupos focais realizados com as crianças. Os resultados apontam para um reforço de lógicas confessionais e conteúdos doutrinários descritas com naturalidade pelas crianças, mas não assumidas pelos professores/as. Quando questionados/as sobre como trabalham a questão da diversidade, os/as docentes respondem da seguinte forma: “professora A: Trabalhamos ensinando a respeitar a religião do próximo, que cada pessoa é livre para escolher sua religião” e “professora: B: De forma respeitosa, usando a cristandade em primeiro lugar, pois existe um só Deus que nos salva e liberta” (MARQUES, 2017, p. 30), mas os discentes se mostram felizes por aprenderem mais sobre a Bíblia na escola do que nas próprias igrejas e apontam para a recorrência com que esse “livro sagrado” é utilizado durante as aulas.

⁶ *Educação e diversidade religiosa: concepções de Ensino Religioso entre professores e estudantes de Ensino Fundamental em uma escola pública de Parintins*. Monografia (licenciatura em Pedagogia). Parintins: UEA, 2017.

Daí nossa terceira linha de investigação: a dos conflitos religiosos que emergem aqui e acolá. Essa é certamente a mais difícil, sobretudo porque uma configuração mais tradicionalista do que é ensinado nas escolas encontra aliados poderosos entre aqueles que ocupam lugares de destaque na política educacional local. Em uma cidade onde as forças políticas continuam a nomear gestores que se mantêm por vários anos à frente das escolas, não é pouco frequente vermos sistemas de ensino orientados pelas convicções religiosas de seus gestores. Recordo aqui as falas de três professoras que me marcaram muito – a primeira me disse que “era professora de Ensino Religioso, mas fazia catequese. Fui estudar, fazer Teologia e lá descobri que o que fazia era errado... ouvi falar de sociologia, antropologia, diversidade. Quando voltei eu estava aberta, mas escola queria aquilo que eu fazia antes, que era pura catequese”. A outra professora: “sempre que ia dar Ensino Religioso me removiam de uma escola pra outra, porque pra mim não era ler a Bíblia, era colocar as religiões em diálogo”. Uma terceira chegou a me contar que foi admoestada e, posteriormente, afastada da docência por levar à sala de aula trechos de autores considerados pouco ortodoxos, como Leonardo Boff, por exemplo. Situações nada conformes com nossa legislação educacional ou com aquilo que dispõem os PCNs de temas transversais, mas que, por outro lado, tornam evidente “a estreita ligação entre o Ensino Religioso nas escolas públicas e os interesses do grupo religioso majoritário” (RANQUETAT JR., 2007, p. 176).

Quase não aparecem as vozes do dissenso, que seguem marginalizadas e/ou silenciadas frente aos discursos oficiais produzidos por que conduz primeiramente a aula e, depois, as políticas públicas. Esse é um campo sensível e descrições etnográficas podem nos ajudar a revelar os problemas que um ensino religioso confessional encobrem, na medida em que tomam “a Cristandade” como ponto de partida. Do ponto de vista aqui sustentado, as ideias de pluralidade e diversidade precisam ser radicalmente aprofundadas para que caminhem no sentido previsto na legislação educacional e nos PCNs. Agora também na Base Nacional Comum

Curricular (BNCC). Mas o campo de investigação permanece aberto, com quase tudo por se fazer.

Além do Ensino Religioso... os Colégios religiosos conveniados

Ocorre que, em Parintins, o problema da laicidade não se fecha no Ensino Religioso, ele extrapola para questões muito mais amplas. Símbolos religiosos estão espalhados pelos colégios e escolas de educação infantil alugadas pela diocese à prefeitura e ao estado reproduzem um modelo semiconfessional de ensino.

O caso mais grave (e que tem raízes históricas) é dos colégios religiosos conveniados com a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, especialmente o Colégio Nossa Senhora do Carmo e o Colégio Batista. Recontar a trajetória dessas instituições significa avançar tanto na discussão sobre a memória/história da educação na região quanto na construção de uma leitura mais detalhada acerca do processo de diversificação religiosa do local. Seria impossível nesse curto espaço detalhar a história de ambos, mas há elementos suficientes para apresentá-los em traços gerais.

Atila Sousa Sombra (2015) discute com bastante pertinência o projeto católico, gestado em um momento em que novas alianças entre as elites eclesásticas e os grupos instaurados no poder buscavam reafirmar os laços indissolúveis entre a Igreja e a sociedade brasileira.⁷ Depois de aproximadamente meio século de vida republicana e de longos e traumáticos debates sobre a secularização da vida política, a expansão da rede de escolas católicas para os

⁷ Nos referimos ao trabalho intitulado *A presença religiosa na educação em Parintins: a construção da memória institucional do Colégio Nossa Senhora do Carmo ao longo do século XX*. Monografia (licenciatura em História). Parintins: UEA, 2014. Posteriormente, uma parte do trabalho foi publicada e pode ser encontrada em SOMBRA, 2015.

interiores do Brasil ajudava a elaborar, sobre novas bases, um projeto civilizacional, que via na religião um dos alicerces da pátria.

Se a relação entre religião e educação era bastante antiga na história brasileira, deitando raízes sobre a catequese praticada nos tempos coloniais, ela se refazia em meados do século XX sobre novas bases, em um contexto no qual “surgirão dezenas de internatos e externatos, particulares, pagos, destinados a formar a elite nacional nos ‘preceitos sadios da religião’ e equipados com o que havia de mais moderno em termos de tecnologia educacional” (SOMBRA, 2015, p. 274). Esse é o caso do Colégio do Carmo, tornado uma referência local em ensino de qualidade, desde a sua fundação, quando ainda era um empreendimento particular até os dias atuais, quando se tornou uma instituição conveniada à rede estadual de ensino. Nesse percurso houve uma crescente preocupação da igreja com projetos de educação popular e daí a opção em oferecer ensino gratuito à população. Paralelamente, no entanto, os católicos se esforçaram para manter à frente da gestão as Filha da Caridade de São Vicente de Paulo, que conferiam à escola um caráter claramente religioso. Tiveram também de enfrentar, nas décadas que se seguiram à fundação do Colégio, a crescente pluralização religiosa da cidade (cf. BIANCHEZZI; SILVEIRA, 2015) e a competição dos evangélicos no campo educacional.

Embora não correspondam à primeira missão protestante em médio-baixo Amazonas, os primeiros a se estabelecerem com projetos de maior fôlego, inclusive com a fundação de um educandário em Parintins já nos primeiros anos de trabalho foram os Batistas. Traços da história do Colégio Batista, fundado em 1955 pelo pastor Eduardo França Lessa, estão nos memorialistas locais e uma primeira análise um pouco detida de sua historicidade pode ser encontrada na monografia de Bruna Souza Aguiar Lessa (2012).⁸ Mais recentemente, Marliete Natividade Nunes⁹

⁸ O título da monografia, defendida no curso de História do CESP/UEA é *História, religião e educação: a trajetória do pastor Eduardo França Lessa em Parintins*. de e “Religião e laicização da sociedade: um estudo sobre o Colégio Batista de Parintins”, de.

apresentou uma discussão acerca dos projetos sustentados por essa escola desde seus primeiros momentos até os dias atuais. Dois aspectos parecem bastante significativos nesse trabalho: em primeiro lugar as pistas que a autora dá para a compreensão do que seja laicidade nesse espaço semiconfessional, sobre o qual há prescrição no Estatuto da Missão de que nenhum funcionário pode introduzir, em sua prática pedagógica, “doutrinas e métodos de outras Denominações Evangélicas ou não Evangélicas que venham entrar em conflito como as doutrinas e método das igrejas da Convenção Batista Brasileira (apud NUNES, 2015, p. 12); a outra questão está na dificuldades da autora de acessar a documentação desta escola, o que contrasta claramente com o transparência derivada do princípio constitucional da publicidade na administração pública brasileira.

Nos dois casos, portanto, tratam-se de escolas que fazem rezar, que portam símbolos religiosos e que, mesmo sendo públicas, são orientadas por agentes religiosos e suas visões de mundo. Se por um lado esses espaços nasceram da filantropia das igrejas, por outro também estiveram desde sempre atrelados aos seus projetos de hegemonia e têm contado com a ajuda do Estado para dar efetividade aos seus propósitos. Sendo públicas essas instituições devem estar abertas ao debate sobre tudo o que a sociedade julgar pertinente discutir e todos concordamos que esse não é muito o caso das convicções religiosas. Em nossa compreensão, as pautas republicanas têm mudado de maneira cada vez mais acelerada e a religião tem sido mais um veículo de resistência do que de instigação a uma cultura libertária, tanto no que diz respeito aos corpos quanto no que tange aos intelectos.

Como não se trata aqui de apresentar uma conclusão, mas de traçar apontamentos sobre pesquisas em curso, acreditamos que a(s) escola(s), quando atrelada(s) a esse modelo pode(m) não favorecer que se visualize a diversidade e que ela seja encarada como positiva. E que estando na base da formação dos cidadãos a escola deva ser, na mesma perspectiva descrita no Manifesto do

⁹ *Religião e laicização da sociedade*: um estudo sobre o Colégio Batista de Parintins. Monografia (licenciatura em História). Parintins: UEA, 2015.

Pioneiros da Educação Nova (nos anos 1930), antes de tudo laica, colocando “o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário”, subtraindo “o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, [d]a pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas” religiosas.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BASTIAN, Jean-Pierre. **La Mutación Religiosa de América Latina**: para una sociología del cambio social en la modernidad periférica. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____ (coord.). **La modernidad religiosa**: Europa Latina y América Latina en perspectiva comparada. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

BITTENCOURT, Águeda B. **Congregações católicas, educação e Estado Nacional no Brasil (1840-1950)**. Texto inédito. Campinas: UNICAMP, 2012.

BIANCHEZZI, Clarice; SILVEIRA, Diego Omar da. Demografia, cartografia e história das religiões em Parintins: novas possibilidades para o estudo da diversidade religiosa na Amazônia. BIANCHEZZI, Clarice; SILVEIRA, Diego Omar da (et. al.) (org.). **Pensar, Fazer e Ensinar**: desafios para o ofício do historiador no Amazonas. Manaus: UEA Edições: Valer, 2015. pp. 183-204.

BRANDENBURG, Laude Erandi. A espiritualidade na escola e a tradição religiosa familiar. In: KRONBAUER, Selenir C. Gonçalves; SOARES, Afonso Maria Ligório (org.). **Educação e Religião**: múltiplos olhares sobre o Ensino Religioso. São Paulo: Paulinas, 2013. pp. 149-158.

BITTENCOURT, Antonio C. R. **Memória do Município de Parintins**. Estudos Históricos sobre sua origem moral e material. 2º ed. (fac-similado). Manaus: SEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Brasília: MEC, 2001. (Volume 10. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual).

CAMILO, Janaina. O Ensino Religioso na escola pública: uma mudança de paradigma. **REVER**. São Paulo: PUC-SP, ano 4, n. 2, 2004. pp. 26-36.

CARRIÃO, Vanessa; DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana. **Laicidade e Ensino Religioso no Brasil**. Brasília: UnB, Letras Livres: UNESCO, 2010.

CAVALIERE, Ana Maria. O mal-estar do Ensino Religioso nas escolas públicas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: USP, v. 37, n. 131, maio-agosto de 2007. pp. 303-332.

CERQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de Fé no Médio Amazonas**. Parintins: Prelazia de Parintins, 1980.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, pesquisas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, v. 11, n. 31, janeiro/abril de 2006. pp. 328-339.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, n. 27, setembro-dezembro de 2004. pp. 183-191.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt; LUI, Janayna de Alencar. O Ensino Religioso e a interpretação da lei. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFRGS, ano 13, n. 27, janeiro-junho de 2007. pp. 237-252.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; LOPES, Eliane M. Teixeira; VEIGA, Cynthia G. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica 2003.

FONAPER. Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso**. 9º ed. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FONSECA, Alexandre Brasil. **Relações e privilégios: estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

FONSECA, Thaís N. de Lima (org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP/ Instituto de Estudos Avançados (IEA), v. 18, n. 52, 2004. pp. 47-62.

_____. A presença do Ensino Religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: ISER, n. 28(2), 2008. pp. 80-101.

_____; CARNEIRO, Sandra de Sá. Religião nas escolas públicas: questões nacionais e a situação no Rio de Janeiro. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 2, 2011.

HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph. **Dialética da secularização**. Sobre razão e religião. Trad. de Alfred J. Killer. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O Peregrino e o Convertido**: a religião em movimento. Trad. de João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2008.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Brasil 500 Anos**. Tópicos em História da Educação. São Paulo: EdUSP, 2001.

ISER. **Mapeamento do Ensino Religioso no Brasil**: definições normativas e conteúdos curriculares. Proposta para o Programa de Apoio a Projetos em Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2007. (Mimeo).

JACOB, César Romero. A diversificação religiosa. **Revista Estudos Avançados**. Dossiê As Religiões no Brasil. São Paulo: USP/ IEA, v. 18, n. 52, 2004. pp. 09-11.

KRETZER, Altamiro Antônio; OTTO, Clarícia. Educação e instituições religiosas. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá: UEM: ANPUH, ano I, n. 3, janeiro de 2009. pp. 259-281.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**. Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre: PUCRS, vol. 11, n. 02, maio/agosto de 2011. pp. 238-258.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. República e pluralidade religiosa no Brasil. **Revista USP**. São Paulo: USP, n. 59, setembro-novembro de 2003. pp. 144-163.

MENEZES, Jonathan. Da tolerância à caridade: sobre religião, laicidade e pluralismo na atualidade. **Estudos Históricos** (Dossiê Religião). Rio de Janeiro: FGV, vol. 28, n. 55, janeiro-junho de 2015. pp. 189-209.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 3º ed. Brasília: MEC, 2001 (Volumes: 1. Introdução, 5. História e Geografia, 8. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual e 10. Temas Transversais e Ética).

ORO, Ari Pedro (et. al.) (org.). **A religião no espaço público**. Atores e objetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. (Coleção Antropologia Hoje).

PASSOS, João Décio. **Ensino Religioso**: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

PAULY, Evaldo Luís. O dilema epistemológico do ensino religioso. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, n. 27, setembro-dezembro de 2004. pp. 172-182.

PIERUCCI, Antonio Flávio. 'Bye bye, Brasil' – O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP/ Instituto de Estudos Avançados (IEA), v. 18, n. 52, 2004. pp. 17-28.

RANQUETAT JUNIOR, Cesar. Religião em sala de aula: o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras. **CSONline**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, ano I, n. I, fevereiro de 2007. pp. 163-180.

_____. A Igreja Católica e o Ensino religioso nas escolas públicas: hegemonia e pluralismo no campo religioso brasileiro. **III Seminário Internacional Organizações e Sociedade**: Inovações e Transformações Contemporâneas. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ROMANO, Roberto. Sobre o ensino religioso. **Educação & Sociedade**. Campinas: CEDES, nº 42, 1992. pp. 268-273.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins**. Memória dos acontecimentos históricos. Manaus: Editora Valer: Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SILVA, Eliane Moura da. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e educação para a cidadania. **REVER**. São Paulo: PUC, ano 4, n. 2, 2004. pp. 01-14.

SOMBRA, Atila Sousa. "Bendita a formação que recebemos": catolicismo e memória institucional do Colégio Nossa Senhora do Carmo (Parintins/ AM). BIANCHEZZI, Clarice; SILVEIRA, Diego Omar da (et. al.) (org.). **Pensar, Fazer e Ensinar**: desafios para o ofício do historiador no Amazonas. Manaus: UEA Edições: Valer, 2015. pp. 267-288.

SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e Subcidadania, ou o que é 'ser gente'?. In: **Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, n. 59, 2003. pp. 51-73.

SOUZA, Tadeu de. **Missão Vila Nova**. Parintins (dos jesuítas aos missionários do PIME). Manaus: João XXIII, 2003.

TEIXEIRA, Faustino. Diálogo inter-religioso e educação para a alteridade. SCARLATELLI, Cleide C. da Silva; FOLLMANN, José Ivo; STRECK, Danilo R. (org.). **Religião, cultura e educação**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006. pp. 29-40.

VAIDERGORN, José. Ensino Religioso, uma herança do autoritarismo. **Cadernos CEDES**. Campinas: CEDES, vol. 28, n. 76, setembro/dezembro de 2008. pp. 407-411.

XIMENES, Salomão Barros. O Ensino Religioso nas Escolas Públicas Brasileiras: do direito à liberdade de crença e culto aos direitos à prestação estatal positiva. RIGHETTI, Sabine (org.). **Direito à Educação: aspectos constitucionais**. São Paulo: EdUSP, 2009. pp. 89-110.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala?. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel M. (org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba: PUC-PR; Ponta Grossa: UEPG, 2004. pp. 13-36.

ZANONE, Valerio. Laicismo. BOBBIO, Norberto (et. al.). **Dicionário de política**. 11ª ed. Tradução de Carmen C. Variale [et. al.]. Brasília: Editora UnB, 1986. pp. 670-674.

Monografias analisadas

GUIMARÃES, José Cláudio Trindade. **O Ensino Religioso em Parintins (AM): reflexões sobre a formação e a prática docente em duas escolas de Educação Básica**. Monografia (licenciatura em Pedagogia). Parintins: UEA, 2015.

LESSA, Bruna Souza Aguiar. **História, religião e educação: a trajetória do pastor Eduardo França Lessa em Parintins**. Monografia (licenciatura em História). Parintins: UEA, 2012.

MAIA, Wendell de Oliveira. **“Desde criança eu brinco de boi”**: a visão dos pentecostais acerca do Festival Folclórico, a partir da experiência de conversão. Monografia (licenciatura em História). Parintins: UEA, 2015.

MARCELO, Oracélia Franco. **Os evangélicos na Amazônia e o significado histórico da Primeira Igreja Batista em Parintins**. Monografia (licenciatura em História). Parintins: UEA, 2015.

MARQUES, William dos Santos. **Educação e diversidade religiosa: concepções de Ensino Religioso entre professores e estudantes de Ensino Fundamental em uma escola pública de Parintins**. Monografia (licenciatura em Pedagogia). Parintins: UEA, 2017.

NUNES, Marliete Natividade. **Religião e laicização da sociedade: um estudo sobre a educação do Colégio Batista de Parintins**”. Monografia (licenciatura em História). Parintins: UEA, 2015.

SOMBRA, Atila Sousa. **A presença religiosa na educação em Parintins: a construção da memória institucional do Colégio Nossa Senhora do Carmo ao longo do século XX**. Monografia (licenciatura em História). Parintins: UEA, 2014.